

O Empreendedorismo Social No Contexto Da Economia Solidária

Antônio Artur de Souza¹
Déborah Mara Siade Barbosa²
Francielle Luiza Fernandes Vitoriano³
Luísa Raad Gervásio⁴

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação dos empreendedores sociais na economia solidária. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com os gestores de empreendimentos econômicos solidários, com vistas a estabelecer a relação existente entre o empreendedorismo social e a economia solidária, identificar as motivações da existência desse relacionamento e avaliar o êxito social dessa convivência. As entrevistas foram analisadas à luz da análise de conteúdo. Constatou-se que empreendedorismo social e economia solidária possuem relacionamento próximo, sobretudo, devido à convergência de seus objetivos de mitigação da pobreza e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Economia solidária. Mitigação da pobreza. Melhoria social.

1 Introdução

As transformações pelas quais a sociedade capitalista contemporânea tem passado se mostram cada vez mais profundas e relevantes. Deflagradas por marcos como a crise do petróleo de 1970 e a falência do assistencialismo norte-americano, novas possibilidades de inclusão social e mitigação da pobreza são pensadas e propostas (SALAMON, 1998). No Brasil, a década de 1980, amplamente conhecida como a “década perdida” é apontada como o gatilho para o início do pensar em novas soluções para os problemas sociais não resolvidos pelo Estado.

Com vistas a auxiliar no processo de equidade e desenvolvimento social brasileiro, se assiste ao crescimento do terceiro setor, no Brasil, que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já empregava, em 2006, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas e contava com cerca de 20 milhões de trabalhadores voluntários (IBGE, 2006).

Neste contexto, se apresentam possibilidades de melhoria da qualidade de vida, por meio da inserção social e econômica dos marginalizados do sistema capitalista, dentre os quais a economia solidária e o empreendedorismo social se fazem crescentes.

A economia solidária tem crescido sensivelmente nas duas últimas décadas. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos anos 90, foram criados cerca de 8,5 empreendimentos de economia solidária, ao passo, que de 2001 a 2007 foram constituídas, aproximadamente, 10,6 mil dessas organizações, um aumento de cerca de 25% (MTE, 2007).

¹ Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. antonioarturdesouza@gmail.com.

² Doutoranda em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. deborahsiade@yahoo.com.br

³ Graduanda em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Minas Gerais. fran.lu92@hotmail.com

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Minas Gerais. luraad2013@gmail.com

Desse modo, tem-se como objetivo analisar a atuação dos empreendedores sociais na economia solidária. Para tanto, se faz necessário: (i) estabelecer a relação existente entre empreendedorismo social e economia solidária, (ii) identificar as motivações da existência desse relacionamento e (iii) avaliar o êxito social de tal convivência.

Além desta introdução, este artigo apresenta, na próxima seção, arcabouço teórico acerca da economia solidária e do empreendedorismo social. A seção seguinte aborda a metodologia utilizada para a consecução desta pesquisa. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados alcançados e, por fim, são tecidas algumas considerações finais, bem como, limitações da pesquisa e propostas de investigações futuras.

2 Referencial teórico

2.1 Economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários

A economia solidária pode ser entendida como uma nova forma de consumo, produção e distribuição que possui objetivos econômicos, mas que está baseada principalmente na valorização das pessoas e das relações sociais. Jorge e Santos (2013) defendem que a economia solidária se concretiza por meio da presença de valores democráticos na produção dos empreendimentos da área, com base na cooperação, no voto único por pessoa, na autogestão, na equidade, entre outros. Singer (2002) diz que o mundo não seria tão desigual se toda economia fosse solidária, o que demonstra a grande importância dessa nova economia como ferramenta de combate à pobreza e à desigualdade social.

Gaiger (2003) ressalta que, desde o século XIX, já era possível perceber tentativas de implantação de formas mais democráticas e comunitárias de organização da produção e do consumo. As relações econômicas advindas de iniciativas de economia solidária começaram a se destacar, de acordo com Azambuja (2009), na década de 80, como resposta aos acontecimentos da década anterior, sejam eles: (i) a crise do modelo fordista-taylorista de produção e do Estado de Bem-Estar Social, (ii) a queda da URSS e (iii) a ascensão do neoliberalismo.

A economia solidária se revelou como uma alternativa às elevadas taxas de desemprego, à grande exclusão social e ao descuido do governo em relação às políticas públicas. A partir de então, começaram a se desenvolver, de forma mais concreta, as organizações de cunho solidário que, para Andion (2005) abrangem vários setores do mercado, tais como saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, meio-ambiente, alimentação, entre outros. Dentre essas instituições, aquelas que possuem como fator principal a realização de alguma atividade econômica são denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES).

Atualmente, a Economia Solidária no Brasil, incluindo os Empreendimentos Solidários, recebe muitos incentivos governamentais. Tais incentivos se devem, principalmente, à criação de órgãos públicos tais como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Dessa forma, os EES podem dispor de benefícios não encontrados nas sociedades de capital, o que contribui para que estes concretizem os objetivos sociais aos quais estão vinculados.

EES é todo empreendimento que segue bases solidárias caracterizado, de acordo com Gaiger (1999), pela presença de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. De acordo com o MTE, os EES são organizações:

- coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados;
- permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;
- que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização;
- são singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (BRASIL, 2013).

As organizações citadas têm possibilitado a ampliação do conceito de eficiência na produção, devido aos princípios da economia solidária. Segundo Gaiger (2003) tal conceito acaba por se estender também à qualidade de vida dos colaboradores e à realização de objetivos culturais e ético-morais. Os EES contribuem, portanto para a disseminação de valores mais solidários e humanos na produção, consumo e distribuição de bens.

Neste sentido, se entende que a economia solidária, por meio dos EES, apresenta convergência de objetivos em relação ao empreendedorismo social, principalmente, no que tange à melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da mitigação da pobreza, conforme será abordado a seguir.

2.2 Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social surgiu devido à dificuldade do Estado em atender às demandas da sociedade (RODRIGUES, 2010). No Brasil, as carências sociais são intensas e, por isso, o fenômeno não é recente, suas origens datam dos séculos XVIII e XIX. O empreendedorismo social, para Agostini (2001), surgiu praticamente no mesmo período em que nasceu o empreendedorismo mercantil.

A grande força motriz do empreendedorismo social, para Baggenstoss e Donadone (2013) é justamente o social, ou seja, as ações tomadas visam à socialização e uma distribuição mais igualitária das riquezas. Confirmando, Beiler, Junior e Walkowski (2011) destacam que o empreendedorismo preza pelo trabalho coletivo, com vistas a alcançar soluções para problemas sociais, viabilizando o auxílio às pessoas da sociedade que se encontram em situação de risco social.

Esteves (2011) explica que há uma mudança de foco, quando se compara o empreendedorismo tradicional ao social, haja vista, o último preconizar o desenvolvimento da sociedade e não o ganho financeiro. Ademais, a valorização da parceria entre comunidade, governo e setor privado destaca-se, contrastando com o objetivo financeiro privilegiado pelo empreendedorismo tradicional.

Por sua vez, Oliveira (2004, p.15) descreve o empreendedorismo social como,

uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento.

O empreendedorismo social é diferenciado também por preocupar-se com o desenvolvimento de comunidades locais objetivando provocar impacto social e permitir a avaliação de resultados. Oliveira (2004, p.15) constrói um passo a passo para o desenvolvimento de um empreendimento social. São eles: “colocar a idéia em prática, institucionalizar e gerar um momento de maturação até que seja possível a sua multiplicação para outras localidades, criando assim, um processo de rede de atendimento ou de franquia social, até se tornar política pública.”

Essa forma de empreender é um agente da criatividade comunitária, pois tem como tarefa solucionar as dificuldades e buscar melhorias para a comunidade, ou seja, o empreendedorismo social promove ações inovadoras voltadas para questões sociais. Um elo entre comunidade, governo e setor privado fundamental para o desenvolvimento dessa ação social (RODRIGUES et al., 2010).

O empreendedorismo social vai além do benefício à comunidade, pois a perspectiva com a qual se relaciona o empreendedorismo social é o empoderamento do trabalhador e da trabalhadora que, em estreita relação com o desenvolvimento social e coletivo, ganham autonomia em seu trabalho e uma conseqüente melhora das condições de vida, dado que esta visão de empreendedorismo visa a sua base social para além do lucro e das relações de mercado (ESTEVES, 2011, p.246)

Concluindo, Esteves (2011) ressalta que o empreendedorismo social proporciona o desenvolvimento de propostas de empreendimentos sociais e de articulação em redes com base no desenvolvimento local. Para o autor, a economia solidária, faz com que essa proposta se torne um discurso político concreto.

3 Metodologia

Este artigo parte de uma abordagem qualitativa, visto utilizar de estratégias de investigação, de coleta e análise de dados particulares (CRESWELL, 2010). Além disso, este tipo de abordagem propicia ao pesquisador o entendimento do indivíduo investigado e suas relações, de forma aprofundada, em seus próprios contextos (DIAS, 2010).

No que tange ao tipo de pesquisa, é classificada como descritiva, por intentar conhecer o relacionamento entre variáveis e mecanismo de funcionamento de fenômenos específicos (GIL, 2011).

A amostra desta pesquisa é constituída por três entrevistados, selecionados por conveniência, dentre a base de dados do curso Empreendimentos Econômicos Solidários e Incubados, oferecido no ano de 2013 por uma Universidade Federal. Este curso se constitui em uma possibilidade de capacitação profissional para um público

formado por empreendedores que desejam auxílio no processo de desenvolvimento e/ou gestão. O objetivo do curso é prestar assessoria a tais empreendimentos e auxiliar indivíduos que desejam criar um Empreendimento Econômico Solidário.

Quanto ao método de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela gestão dos empreendimentos pesquisados. Para tanto, utilizou-se roteiro semi estruturado útil para a averiguação do funcionamento das organizações classificadas como empreendimentos econômicos solidários e o relacionamento dos empreendedores sociais neste contexto. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2013.

A entrevista é apontada por Severino (2009) para a coleta de informações que o pesquisador deseja obter e que o entrevistado detém, acerca de pensamentos e conhecimentos.

O tratamento dos dados obtidos foi realizado por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011), pode ser dividida em três etapas: (i) pré-análise que corresponde ao momento da seleção do material relevante à pesquisa, (ii) exploração do material em que os dados, obtidos na fase anterior, são separados com vistas à criação de categorias de análise e unidades de registro e (iii) tratamento dos resultados em que há interpretação das inferências construídas e discussão dos resultados. Esse método de análise dos dados foi selecionado por constituir “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens para a análise dos dados” (BARDIN, 2011, p. 38).

Optou-se pela categorização “por caixas” em que as categorias decorrem diretamente da teoria ou das hipóteses utilizadas, a partir dos modelos apresentados na teoria e de seus constructos.

A interpretação dos dados foi realizada por meio do emparelhamento (*pattern-matching*), pois os resultados das entrevistas foram associados ao referencial teórico utilizado. Este emparelhamento resultou em seis categorias de análise que permitiram a compreensão do relacionamento entre empreendedores sociais e economia solidária, a saber: **(i) relacionamento entre comunidade, governo e setor privado; (ii) ações de combate à pobreza; (iii) empoderamento, conhecimento e poder; (iv) capital social para enfrentamento de problemas sociais; (v) dificuldades enfrentadas e (vi) retorno social.** Utilizou-se como unidades de análise frases e parágrafos.

4 Resultados

A seguir são descritos os empreendimentos econômicos solidários e discutidos os resultados encontrados.

4.1 Descrição dos empreendimentos da economia solidária

Os empreendimentos solidários selecionados possuem histórias de constituição diversas entre si. Assim, será descrita, brevemente, a trajetória de fundação e atuação dos mesmos.

4.1.1 Ecobloco

A Ecobloco consiste em uma associação responsável pela reutilização de resíduos da construção civil, por meio de um processo de separação e beneficiamento dos mesmos. A organização está instalada em uma área de 7000 metros quadrados, no

entanto, utiliza apenas 480 metros, incluindo o galpão de operações de 200 metros quadrados.

Parte do material utilizado para a produção dos blocos é entregue na Ecobloco gratuitamente, pois os geradores dos resíduos são responsáveis por sua destinação final.

Após a chegada, os mesmos passam por um processo de separação de materiais que serão utilizados no processo, tais como: metal, cobre, madeira, ferro, PVC entre outros. Esses materiais passam por um processo de incineração manual e de moagem até virarem pó. Em seguida, são utilizados para a confecção dos blocos que atendem à construção civil. É interessante notar que a Ecobloco produz, em média, 11 mil blocos de diferentes medidas, por mês.

Assim, a Ecobloco pode ser entendida como uma organização preocupada em gerar riqueza por meio de resíduos, contribuindo para a sobrevivência de moradores e ex-moradores de rua.

4.1.2 Coonarte

Consiste em uma cooperativa de artesãs imbuídas na fabricação de peças artesanais, como colchas de retalhos, tapetes, bolsas, vestimentas entre outros. A Coonarte comercializa seus produtos em feiras de artesanatos, de economia solidária e sob encomendas, de acordo com as possibilidades vislumbradas pela entrevistada.

Conta com doze costureiras e infraestrutura de quinze máquinas de costura. A entrevistada afirma que este número de participantes sofre oscilações devido à sazonalidade, ou seja, quando a demanda aumenta, a quantidade de interessadas também se eleva.

Está instalada em um parque, em uma área cedida pelo governo estadual, há 16 anos.

4.1.3 Astemarp

É uma associação de reciclagem de materiais, tais como: papel, papelão, latas de alumínio, dentre outros. No entanto, é importante ressaltar que a associação não trabalha com a reciclagem de caixas de leite e isopor, por ausência de espaço físico para o acondicionamento das mesmas. É uma associação que não conta com apoio governamental e tem sido fonte de renda para 20 famílias.

4.2 Discussão dos resultados encontrados

No que tange à categoria **relacionamento entre comunidade, governo e setor privado** identificou-se que a Ecobloco e a Coonarte possuem relações estreitas com tais atores. Na Ecobloco, o Estado se apresenta como apoiador da organização, desde sua fundação, haja vista, a mesma funcionar em espaço cedido pelo governo, inicialmente, com incentivos federais e municipais e, atualmente, com subsídios estaduais. Além disso, a organização é isenta do pagamento do aluguel do galpão onde está instalada e dos impostos incidentes sobre a emissão de notas fiscais.

Outro apoio recebido do governo é a cessão de vales-transportes para os integrantes da organização, com vistas a facilitar a locomoção dos trabalhadores até o local de trabalho. Apesar desses auxílios recebidos, o entrevistado afirma não haver disponibilização de recursos governamentais para a operação do empreendimento.

A Ecobloco é assistida por um órgão municipal denominado GIP – Gerência de Inclusão Produtiva que promove auxílio psicológico e social aos participantes da

associação. O entrevistado ressalta que a GIP não é encarada como superior hierarquicamente, pois não participa dos rendimentos da organização. Os integrantes da Ecobloco a encaram como auxiliadora no processo de gestão e desenvolvimento da mesma.

A GIP também participa como promotora de qualificação profissional para os associados ofertando cursos de capacitação profissional, tais como: engenharia, operação de máquinas, entre outros. Desse modo, trabalha junto com a Ecobloco, a fim de auxiliar no processo de combate à pobreza e melhoria das condições de vida da população que habita as ruas.

Cabe destacar que o vínculo com o Estado, originado do apoio recebido do mesmo, implica em certos empecilhos. O entrevistado afirma que o horário de funcionamento da Ecobloco segue o de qualquer órgão público estadual, assim, quando há ponto facultativo nas instituições públicas estaduais, o mesmo procedimento se repete na Ecobloco. É possível que haja exceções, mas as mesmas precisam ser autorizadas com antecedência o que, de acordo com o entrevistado, apenas onera o processo produtivo.

Do mesmo modo, a Coonarte não arca com as despesas de aluguel de suas instalações que se localizam em um parque. O espaço foi cedido pelo governo estadual, há 16 anos. Além disso, a entrevistada afirma tentar obter recursos por meio de projetos lançados pela esfera pública, bem como, nas concorrências em que há abertura de editais. Não ficou evidente relacionamento relevante com a comunidade e com o setor privado, de modo expressivo para o desenvolvimento da organização, a não ser no que diz respeito à venda dos produtos da Coonarte.

Diferentemente, da Ecobloco e da Coonarte, a Astemarp afirma não possuir incentivos governamentais e, a entrevistada julga que os mesmos não sejam atrativos, haja vista, criar um vínculo de dependência com o governo. A entrevistada defende que se a associação se curvar aos incentivos do Estado terá que agir de acordo com as determinações do mesmo, fazendo com que a organização perca sua liberdade.

A Astemarp possui relacionamento com instituições públicas e privadas que doam o material utilizado para reciclagem e, posterior, geração de renda. Trabalham com a coleta de papel e sua separação e comercialização. Além disso, conta com o apoio de um shopping center que, geralmente, inclui a organização em seus eventos.

A existência de relacionamento entre comunidade, governo e empresas consiste em uma característica bastante específica do empreendedorismo social, conforme destacado por Esteves (2011). É possível identificar, nos referidos casos, os entrevistados como líderes nesse processo de integração com os diversos atores.

A categoria **ações de combate à pobreza** intenta identificar as motivações dos empreendedores sociais, fundadores dos EES, no sentido de mitigar a pobreza e suas consequências. Na Ecobloco, o entrevistado afirma que a iniciativa foi responsável por “ressuscitar” muitos dos moradores de rua que passaram pela organização, a despeito dos muitos que trabalharam apenas por algumas horas e não quiseram retornar. O respondente acredita que as facilidades de angariar quantias nas ruas, por meio de pequenas vendas, trabalhos ocasionais e mendicância sejam fatores influenciadores do baixo índice de permanência na organização.

De acordo com o respondente, a Ecobloco não possui problemas na efetivação de vendas, na verdade, apresenta gargalos no processo produtivo o que impacta na entrega dos produtos aos clientes. É interessante ressaltar que ele alega falta de recursos

públicos que apoiem a organização, contudo, é perceptível a insuficiência de conhecimentos necessários para pleitear recursos públicos possíveis nas chamadas de projetos da economia solidária.

Outro ponto de atenção diz respeito à falta de informação no que diz respeito às possibilidades de obtenção ao crédito, sobretudo, para o investimento em equipamentos para a expansão da produção. O participante afirma que, por se tratar de um projeto pertencente à economia solidária, apoiado pelo setor público, a oferta de serviços bancários é crescente, mas que os mesmos não são interessantes, pois o correto é “meter a mão no bolso e pagar à vista”.

Na Coonarte os objetivos de alcance de um mundo melhor são evidentes e reiterados. A entrevistada, ainda afirma que é essencial pensar no meio ambiente, desse modo, também protegemos o ser humano. Afirma retirar seu sustento, desde o início do EES, das atividades realizadas na Coonarte.

Na Astemarp o objetivo é transformar lixo em renda, a fim de que os envolvidos sejam responsáveis por suas subsistências. Assim como, a Ecobloco e a Coonarte, a Astemarp visa o desenvolvimento de possibilidades de geração de trabalho e renda, por meio da coleta de materiais diversos.

Fica evidente a preocupação dos empreendedores em promover ações de mitigação da pobreza, redução do risco social em que as pessoas vivem e, por consequência, melhoria da qualidade de vida. Tais interesses se mostram convergentes aos defendidos por Rodrigues et al. (2010) quando destacam os objetivos dos empreendimentos sociais.

No que diz respeito à categoria **empoderamento, conhecimento e poder** é importante ressaltar, na Ecobloco, a realização de cursos de conhecimentos elétricos, marcenaria, vendas, entre outros. O respondente adverte que o conhecimento do funcionamento do negócio gera poder, inclusive para ser ouvido e ter suas ideias e convicções consideradas pelos demais, nos momentos de decisão. É importante também o revezamento nas tarefas para que todos aprendam todas as funções e se capacitem, elevando as possibilidades de absorção no mercado de trabalho e, por conseguinte, a qualidade de vida dos indivíduos.

Na Astemarp o conhecimento do tipo de papel e suas possibilidades de reciclagem e venda foram conhecimentos adquiridos com a prática e, atualmente, são transferidos, de forma pouco estruturada, para os entrantes.

O **capital social para enfrentamento de problemas sociais** gerado pela Ecobloco consiste na possibilidade de gerar renda para pessoas marginalizadas do sistema formal de empregos, de acordo com o empreendedor, moradores de rua não têm acesso fácil ao mercado formal de emprego, ademais, sofrem preconceitos. O entrevistado ressalta que ele próprio passou por dificuldades, pois teve histórico de problemas com o conselho tutelar. A organização também possui trânsito fácil no setor em que atua, sendo conhecida, demandada e recomendada por conhecidos e clientes. O quadro 1 demonstra alguns dos trechos representativos de cada uma das seis categorias de análise.

Na Coonarte ficou evidente a possibilidade de as pessoas aprenderem a preservar o meio ambiente e a respeitar o indivíduo e suas escolhas. A empreendedora aponta a necessidade de trabalhar em função de todos, de uma coletividade e não de maneira isolada, pensando apenas de modo individual. A melhoria da qualidade de vida das pessoas somente será alcançada se as mesmas pensarem e agirem de forma conjunta.

Quadro 1 – Repertório interpretativo das categorias de análise da Ecobloco

Categoria de análise	Fragmentos ilustrativos
<p>Relacionamento entre comunidade, governo e setor privado</p>	<p>“O material chega aqui gratuitamente, ele não tem custo para chegar aqui, a gente não busca material. Para cada pessoa deve ter uma Constituição, uma lei, que fala que qualquer um que gera um entulho tem que dar destino a ele, sem comprometer o meio ambiente, encostas ou qualquer coisa assim. Então esse entulho chega aqui automaticamente, em caçambas, caminhões, carroças, carros populares e vários tipos.” <i>(entrevistado Ecobloco)</i></p> <p>“A Ecobloco hoje tem todas as pessoas por trás dela. Que são a GIP, que é a Gerência de Inclusão Produtiva. É um órgão dentro da prefeitura, no qual estamos presos um ao outro, nem eles podem colocar ninguém por livre e espontânea vontade - porque nós não temos capacidade de tirar sustentabilidade para mais do que o que nós temos aqui hoje - e nem nós podemos fazer qualquer coisa sem o “ok” deles. Mas a gente tem uma Gerência de Inclusão Produtiva que, chama-se GIP, é o resumido deles, pelo qual indica as pessoas e toma as decisões cabíveis que tem que tomar, quando tem que sair do Estado, se tem que ir para outro país levar uma palestra. Então a gente tem esse setor por de trás, mas a gente não considera ele como um chefe ou qualquer coisa. Porque eles não têm participação em lucro algum aqui, é só uma assistência social, psicológica e etc.” <i>(entrevistado Ecobloco)</i></p> <p>“quando nós chegamos para implantar a coleta dentro de um condomínio, oferecemos o nosso serviço de coleta seletiva numa empresa, nós estamos tendo sucesso porque aquele condomínio sabe que o material tá vindo para a Associação e a associação está fazendo jus a esse material que está sobrevivendo através dele. Quando é o organizador da prefeitura eles acham que: “ah não! Eu posso até admitir a coleta aqui seletiva do condomínio, mas a prefeitura vai diminuir no meu imposto?” Ainda tem esse lado ainda mas quando é um associado que vai, com humildade, chega lá, pede, “olha nós gostaríamos de implantar a coleta com vocês no conjunto Sarandi, no conjunto habitacional Santa Terezinha, fazer coleta lá, super legal” <i>(entrevistada Astemarp)</i></p>
<p>Ações de combate à pobreza</p>	<p>“[...] foi um projeto que hoje eu falo, desenvolvido para moradores de rua que, muito poucos passaram, dos cento e poucos que tiveram aqui, ressuscitaram na vida. Mas aqui é um negócio, uma mina de ouro para sobrevivência.” <i>(entrevistado Ecobloco)</i></p> <p>“Não tem recurso público, mas nesses cinco anos que já estão caminhando pra seis, eu fiz muito cliente e hoje, a gente não está dando conta de atender. Então hoje não tem dificuldade pra ganhar dinheiro aqui, hoje aqui tem dificuldade é para entregar o produto.” <i>(entrevistado Ecobloco)</i></p> <p>“A gente... eu corro muito atrás de projeto né? Por que o que a gente trabalha, a geração de renda, é mesmo pra sobreviver né?” <i>(entrevistada Coonarte)</i></p>
<p>Empoderamento, conhecimento e poder</p>	<p>“Ele [o material para reciclagem] é transportado para um sistema de incineração que é manual, ainda, mas já teve esteira vibratória para fazer isso. Mas os primeiros componentes só comeram essa mecânica toda desses equipamentos e virou tudo sucata.” <i>(entrevistado Ecobloco)</i></p> <p>“E se eu focar cada um em um lugar eu tenho uma especialização no produto a tal ponto que, se eu deixo o Sr. Raimundo só na massa, ele vai fazer uma massa que ninguém mais consegue fazer. Se eu deixo o Cristiano aqui tirando, ele fica tão prático para tirar isso aqui que ele não vai quebrar nenhum bloco. Mas para mim, assim não funciona, não pode</p>

	<p>ser, porque não é um rendimento. O rendimento é que as funções sejam variadas.” (entrevistado Ecobloco)</p> <p>“eu tive uns 2 cursos aqui mas é de cooperativismo e associativismo. Como pegar material e falar assim: ah esse aqui é papel branco, esse é jornal, esse aqui é papel misto, mas eu consigo colocar ele no papelão por causa da cor e a textura dele e ele entra no papelão, entendeu? Isso aí gente foi aprendendo no dia a dia com o comprador, que compra na mão da gente que fala assim: “esse papel aqui pode entrar nessa classificação” aí a gente vai passando pros outros aqui dentro.” (entrevistada Astemarp)</p>
Capital social para o enfrentamento de problemas sociais	<p>“nós recebemos o material que eles mandam sem nenhum custo, então eu tenho contato por isso. Eu tenho muitos amigos no meio, (...) aí trazem pra cá. (...) um vai falando para o outro e tem hora que congestionam caminhões na entrada para jogar entulhos, aí é limitado. São duas caçambas por dia, em carro pequeno são três viagens no máximo, não pode passar disso.” (entrevistado Ecobloco)</p> <p>“eu tenho cadastro de tudo quanto é lugar e a Ecobloco tem também. Então nós não temos problema não, vamos continuar? Vamos. Então tivemos o aval do pessoal e vamos continuando.” (entrevistado Ecobloco)</p>
Dificuldades enfrentadas	<p>“uma forma que a gente encontrou de, como se diz, limitar os sanguessugas. Se você quer ganhar uma diária de setenta ou oitenta reais tem que trabalhar. Você não vai ganhar escorando no companheiro aí não. Então aqui é por produção.” (entrevistado Ecobloco)</p> <p>“nós, agora mesmo, nessa jornada dos jovens éramos pra ter pego 150.000 camisas... de jovens né? tivemos que falar “não”, porque como é... porque tem vários grupos que não tem condição de trabalho, porque não consegue as pessoas (pra trabalhar!) pra trabalhar, pra desenvolver né?” (entrevistada Coonarte)</p> <p>“Na época foram 20 famílias que saíram de dentro do conjunto que reuniu para gerar renda para aquelas famílias. Então a gente teve uma grande rejeição. Hoje não, hoje a Astemarp, os associados da Astemarp são vistos de maneira bem diferente. Lutei muito, briguei muito, briguei. Se precisar eu continuo brigando porque eu acho assim que o trabalho que nós fazemos é um trabalho bonito, merecemos ser respeitados” (entrevistada Astemarp)</p>
Retorno social	<p>“eu acredito que desses cento e poucos [moradores de rua que participaram da Ecobloco] uns trinta e poucos se “ressocializaram” com a família, reconquistaram algumas coisas que tinham perdido. Então, é essa a satisfação da Ecobloco.” (entrevistado Ecobloco)</p> <p>“Eu costumo dizer que nós estamos construindo um mundo melhor. Um mundo onde a gente tem esperança, que se a gente conseguir, a gente vai deixar um mundo melhor pras nossas futuras gerações, porque é um mundo onde não vai ter tanta rivalidade, é um mundo onde as pessoas vão pensar mais no nós, no coletivo do que no eu né? Por que a gente vê que hoje em dia as grandes empresas, o capitalismo, ele tá pensando nele e destruindo tudo que está em volta dele. E nós como grupo, como economia popular solidária estamos pensando é no meio ambiente, nós estamos pensando no ser humano em primeiro lugar né? (entrevistada Coonarte)</p>

Fonte: dados da pesquisa.

Além de todos os obstáculos externos enfrentados, a Ecobloco ainda precisou desenvolver um mecanismo de proteção contra possíveis oportunistas. Logo, optou por

remunerar seus associados por produção realizada e comercializada, não havendo uma remuneração fixa. O excerto retirado da fala do entrevistado, como demonstrado no quadro 1, na categoria **dificuldades encontradas**, demonstra essa preocupação em valorizar mais os que se dedicam mais. Por fim, o **retorno social** alcançado pela Ecobloco está relacionado à ressocialização de parte dos moradores de rua que trabalharam na organização. A despeito dos que não persistiram na oportunidade, por motivos diversos, parte deles conseguiram retomar suas vidas, junto às suas famílias e almejar melhores condições e vida e a mitigação da pobreza.

A Coonarte aponta várias dificuldades, sobretudo no que diz respeito à questão formal do empreendimento, seu registro e funcionamento de acordo com os moldes legais. Ademais, ressalta a escassez de pessoas interessadas na proposta da economia solidária. A entrevistada acredita que as pessoas assistidas por programas governamentais não se interessam pelas possibilidades geradas nos EES, pois recebem do governo bolsas que garantem o mínimo para sua sobrevivência. Assim, se forma um ciclo vicioso que atrapalha o desenvolvimento da Coonarte, em que há poucas pessoas trabalhando, logo, a produção não pode ser aumentada, a fim de elevar a receita auferida e realizar investimento em máquinas necessárias à expansão do negócio.

Contudo, a entrevistada sugere que os preceitos da economia solidária façam parte da educação formal desde os anos básicos, a fim de que as próprias crianças incentivem seus pais e constituam gerações que acreditam nos resultados da economia solidária.

O principal retorno social alcançado pela Coonarte, de acordo com a empreendedora, é o alcance de um mundo melhor, mais solidário e menos egoísta, baseado nos princípios preconizados pela economia solidária. A valorização do ser humano também é considerada um retorno social para a entrevistada que afirma o “respeito ao ser humano não tem preço que pague”. Esses ideais são consoantes aos preceitos defendidos por Beiler, Junior e Walkowski (2011) acerca do empreendedorismo social, denotando convergência entre o mesmo e a economia solidária.

5 Considerações Finais

Este estudo pretendeu analisar a atuação dos empreendedores sociais na economia solidária. Para tanto, utilizou os dados coletados por meio de entrevistas semi estruturadas com gestores de organizações participantes de iniciativas de economia solidária.

Inicialmente, foi realizado levantamento teórico acerca de economia solidária e empreendedorismo social, a fim de se conhecer o estado da arte das temáticas e suas possíveis interrelações. A partir das discussões apresentadas foi possível verificar que os empreendedores líderes dos empreendimentos solidários possuem características e objetivos bastante semelhantes aos defendidos pelo empreendedorismo social, tais como as ações de combate à pobreza e a valorização do relacionamento entre os diversos atores presentes no processo.

Também foi possível constatar que o estabelecimento dessa relação entre economia solidária e empreendedorismo social é motivada por comungarem dos mesmos objetivos e características semelhantes. O capital social adquirido pelos participantes das iniciativas de economia solidária são úteis ao desenvolvimento das ações de empreendedorismo social, bem como, o empoderamento adquirido pelos mesmos, por meio dos conhecimentos aprendidos, socializados.

Por fim, observou-se que os EES, apesar das dificuldades enfrentadas reconhecem a existência de retorno social. Desse modo, pode-se considerar que o relacionamento entre os empreendedores sociais e a economia solidária como exitosa, afinal, atingem objetivos perseguidos por ambos. Indo além, percebeu-se que os entrevistados atuam como empreendedores sociais, facilitando o funcionamento das iniciativas de economia solidária.

Esta é a primeira etapa de um estudo mais abrangente que poderá envolver avaliações de outros dados, investigações acerca dos relacionamentos de outras variáveis. É importante ressaltar que por se tratar de uma fase inicial, há limitações de alguns dados, que poderiam extrapolar os resultados alcançados. Sugere-se que novos estudos acerca do relacionamento entre empreendedorismo social e economia solidária sejam ampliados, a fim de verificar outros meandros e possibilidades de relacionamentos entre os mesmos.

Referências bibliográficas

- AGOSTINI, J. P. **Critérios para avaliação de projetos empreendedores sociais**. Florianópolis, 2001. p.153. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.
- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC**. v. 9. n. 1. Jan./Mar. p. 79-101. 2005.
- AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**. Ano 11. Nº 21. Jan./jun. p. 282-317. Porto Alegre. 2009.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo Social: Reflexões acerca do papel das organizações e do Estado. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.7, n.16, p.112-131, jan./abr.2013
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011
- BEILER, G.; JUNIOR, A. S.; WALKOWSKI, M. Empreendedorismo Social e Responsabilidade Social: uma abordagem conceitual. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2914.pdf>. Acesso em 5 de Set. 2013
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários**. [Brasília]: [s.d]. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp>. Acesso em 13 set 2013.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DIAS, D. S.; SILVA, M. F. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.
- ESTEVES, A. G. Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. **O Social em Questão**. Ano XIV, n.25/26, p.237 – 260
- FARIAS, I. Q.; MOREIRA, V.; VIDAL, F. A. B. Empreendedorismo Social e Economia Solidária: Um Estudo de Caso da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Comunidade do Grande Bom Jardim. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/casulo/docs/emp_soc_ec_sol.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2013.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. n. 39. p. 181-211. Salvador. jul/dez. 2003.

- GAIGER, L. I. G. Significados e tendências da economia solidária. In **Sindicalismo e Economia Solidária**. *Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- JORGE, C. S. F.; SANTOS, F. O. **A economia solidária e as novas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo**. [20--].
- MENDES, J. E.; RODRIGUES, A. P.; SCHETTINO, G. C.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo Social e Economia Solidária: O caso da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE). **RPCA**. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.36-47, mai./ago, 2010.
- OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias*. **Rev. FAE**. Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.